

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Senhor Max Filho)

Requer a aprovação de Moção de Repúdio ao contingenciamento do Orçamento da Educação 2015, por parte dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, no que tange o art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o Plenário, seja aprovada Moção de Repúdio ao contingenciamento do Orçamento do Ministério da Educação 2015, e que seja encaminhada aos Senhores Nelson Barbosa – Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão, Renato Janine Ribeiro – Ministro de Educação, e Joaquim Levy – Ministro da Fazenda.

JUSTIFICATIVA

Reeleita presidente da República Dilma Rousseff anunciou o que seria a marca de seu governo: Brasil “Pátria Educadora”. Dizia a Presidente, ainda no embalo das promessas eleitorais: *“Nossa grande prioridade neste novo mandato será fazer do Brasil uma Pátria Educadora. Perseguiremos obsessivamente o objetivo de universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis, democratizando o acesso ao conhecimento. Sabemos perfeitamente que só a educação de qualidade para todos, em todos os níveis, mudará, em definitivo, o patamar econômico, social e tecnológico do Brasil.”*

Como se vê o slogan "Pátria Educadora" não resistiu ao primeiro esboço de uma política de ajuste fiscal. Os cortes anunciados atingem de forma cruel a Educação brasileira, cujo Ministério foi o terceiro mais atingido, atrás apenas das pastas de Cidades e da Saúde.

A crise na Educação já estava escancarada. A política de cortes apenas veio sacramentar uma situação que já apresentava contornos e resultados dramáticos. Vários programas da pasta já apresentavam resultados críticos. Os cortes anunciados vão aprofundar a crise.

O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), ano após ano, demonstra a incompetência do Ministério para realizar uma avaliação segura e confiável àqueles que a realizavam. Fraudes, violações do sigilo de provas,

dúvidas sobre a correção de provas representam um imenso cabedal de problemas, agravados com o descumprimento da promessa de realização de dois exames por ano.

O Pronatec, usado como o grande carro-chefe da última campanha eleitoral, entrou em um quadro falimentar já no início do ano. Atraso no repasse de recursos, cursos deixando de ser ofertados, matrículas não oferecidas e quebra de expectativas de alunos, professores e escolas.

Os problemas, neste início de ano, com o FIES demonstram a incompetência de gestão de um programa governamental. Milhares e milhares de jovens foram submetidos ao sacrifício, pois acreditaram e construíram seus projetos de vida em cima das promessas governamentais. Fruto da inconsequência, o governo fez saltar as despesas com o FIES para cerca de R\$ 14 bilhões, fazendo a alegria do ensino privado, enriquecendo os grandes empresários do ensino, e conseguindo o “mérito” de estatizar os riscos, eliminando as taxas de inadimplência. Neste ano, os estudantes cumpriram verdadeira *via crucis* tanto para renovar os seus financiamentos como para ter acesso a novos. E quase 200 mil alunos ficaram fora do Fies. O número de estudantes que tentaram o financiamento pela primeira vez este ano foi de cerca de 500 mil, segundo o MEC. Ou seja, um em cada dois alunos que pleitearam o Fies ficaram fora do programa em 2015. De 1,9 milhão de contratos existentes, 148.757 ainda não foram aditados, segundo o Ministério da Educação.

Este quadro precisa ser enfrentado como prioridade nacional, o que não será realidade com os números dramáticos do corte anunciado pelo governo federal. O Brasil destina mais de 5% do PIB para a educação, recursos que chegarão a 10% até 2024. Mas todas as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, todas as expectativas criadas pelo esforço dos educadores e daqueles que militam pela educação no Brasil encontram-se agora ameaçadas.

Recentemente o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger apresentou a proposta preliminar do Projeto Pátria Educadora. No documento basilar, apresentou um diagnóstico da educação no País em uma série de ações articuladas sobre quatro eixos: organização da cooperação federativa na educação; reorientação do currículo e da maneira de ensinar e de aprender; qualificação de diretores e de professores; e aproveitamento de novas tecnologias.

Entre as iniciativas propostas para qualificar a educação básica: intensificação da colaboração entre estados, municípios e União; apoio a escolas e redes com problemas; consolidação do currículo nacional; criação de uma carreira federal docente; e bolsa para formação docente nos moldes do ProUni.

Com os cortes anunciados a política de financiamento da educação no País está em risco. Não há como assegurar as metas do Plano

Nacional de Educação, votado pelo Congresso, nem assegurar a continuidade de programas tão alardeados e defendidos na campanha eleitoral, como o Pronatec e o FIES. O documento do ministro Mangabeira Unger, apesar de controverso, também corre o risco de não passar de documento para “inglês ver”, ou seja, com a política de cortes anunciadas não há como avançar nas prioridades da educação básica e superior no País.

Solicitamos aos Nobres Pares apoio na aprovação desta Moção de Repúdio ao contingenciamento do orçamento da educação em 2015.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2015.

Deputado Max Filho
PSDB - ES